

APROVAÇÃO DA MP 932

NÃO VAMOS ACEITAR PRIVATIZAÇÃO DO CAPITAL PÚBLICO!

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira, dia 17, a MP 932, que autoriza a transferência das verbas da Marinha e o sistema de treinamento de trabalhadores portuários avulsos (TPAs) para a Confederação Nacional dos Transportes (CNT). O Suport-ES, demais sindicatos e as três federações que representam os trabalhadores portuários reprovam integralmente a inclusão do sistema portuário nesta MP, que tinha outro foco. A emenda do deputado Hugo Leal alterou os artigos 3º e 4º inconstitucionalmente, já que não é permitida a “apresentação de propostas de inclusão de temas estranhos ao texto original”.

“Essa medida provisória não falava nada de treinamento portuário. Era voltada ao Sistema S, mas fizeram uma emenda jabuti, como a gente chama. Nós combatemos essa mudança e o governo já tinha se posicionado contra mexer no sistema dos portuários. Mas depois voltou atrás e cedeu aos apelos de empresas que, inclusive, não recolhem os recursos para a Marinha. Esse é mais um ataque aos direitos dos portuários e ao sistema portuário como um todo, mas não vai ficar assim. Estamos nos mobilizando, pois isso é uma falta de respeito com nossa categoria e não podemos permitir isso”, disse o presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), Eduardo Guterra.

Para o presidente do Suport-ES, também trata-se de um “lobby oportunista”, que aproveita da pandemia de coronavírus para atender a empresas que não são do setor, mas que querem se beneficiar dos recursos voltados para o ensino profissional marítimo.

“Somos uma categoria profissional diferenciada, pois tratamos de operações muito específicas e peculiares, que



não permitem que seja adotado um tratamento genérico. Portanto, precisamos de treinamento exclusivo, que é o aperfeiçoamento inerente à melhoria da gestão portuária. Empresas que não são da área não estão aptas a exercer essa atividade. Além disso, essa proposta privatiza os portos públicos, a partir do entreguismo vergonhoso dos recursos do ensino profissional marítimo”, destacou.

Os portuários defendem o Fórum Nacional Permanente para Qualificação do Trabalhador Portuário e a criação de um Sistema S Portuário próprio, administrado democraticamente pelos empresários que custeiam esse programa e pelos trabalhadores destinatários dos cursos.

Vamos continuar lutando e estamos mobilizados para que essa alteração não seja votada da forma como está no Senado.

**SUPPORT-ES PERMANENTEMENTE EM DEFESA DO PORTUS E DOS PORTOS PÚBLICOS.
O PORTUS É PATRIMÔNIO DOS PORTUÁRIOS E OS PORTOS PÚBLICOS DO POVO BRASILEIRO.**